

**CONTRATO DE FINANCIAMENTO
MEDIANTE REPASSE DE
RECURSOS EXTERNOS
N.º 20/00001-4, QUE ENTRE SI
FAZEM O BANCO DO BRASIL S.A. E
O ESTADO DO RIO DE JANEIRO,
NA FORMA COMO SEGUE:**

I. AGENTE FINANCEIRO

O **BANCO DO BRASIL S.A.**, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 01, Bloco C, Lote 32, Ed. Sede III, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91, através de sua Superintendência de Negócios Varejo e Governo do Rio de Janeiro, localizada à Rua Senador Dantas, 105, 39º andar, CEP.: 20.031-923, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro (RJ), neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, pelo Sr. Tarcísio Hubner, Superintendente Estadual, brasileiro, casado, portador do CPF nº 453.600.309-68 e da Carteira de Identidade nº 31.131.995 SSP/PR, doravante denominado **"BANCO DO BRASIL" e/ou "FINANCIADOR"**.




II. BENEFICIÁRIO

O **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Pinheiro Machado, S/Nº, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), inscrito no CNPJ sob o nº 42.498.600/0001-71, doravante denominado **"BENEFICIÁRIO" e/ou "FINANCIADO"**, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Sérgio de Oliveira Cabral Santos Filho, brasileiro, casado, portador do CPF nº 744.636.597-87 e da Carteira de Identidade 06.385.734-6 IFP/RJ, devidamente autorizado pela Lei Estadual nº 6.183, de 22.03.2012, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, de 23.03.2012, e pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, por meio do Ofício nº 2078/2012 – COPEN/SURIN/STN/MF-DF, de 04.05.2012.

Considerando que:

- I. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN, por meio do ofício de nº 2078/2012 – COPEN/SURIN/STN/MF-DF, de 04.05.2012, verificou os limites e condições para a realização de operação de crédito e entendeu que o Estado do Rio de Janeiro cumpriu os requisitos prévios à contratação;
- II. A autorização legislativa para contratação de operação de crédito, por meio da Lei Autorizadora de nº 6.183, de 22.03.2012, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 23.03.2012;
- III. As disposições da Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN de nº 3.844, de 23.03.2010;
- IV. O aval (Garantia) da União concedido para a operação; e
- V. Que os recursos foram captados no exterior junto ao **BANCO DO BRASIL AG, Viena, Áustria ("EMPRESTADOR")**.

Tem, entre si, justo e acordado o que se contém nas cláusulas seguintes:

Continuação do **CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE REPASSE DE RECURSOS EXTERNOS N.º 20/0001-4, QUE ENTRE SI FAZEM O BANCO DO BRASIL S.A. E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de financiamento pelo **FINANCIADO**, junto ao **FINANCIADOR**, para custear despesas de capital (investimentos) constantes da Lei Orçamentária Anual – LOA 2012, do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a aplicação dos recursos obtidos com o presente financiamento em despesas correntes do **FINANCIADO**, nos termos do artigo 35, § 1º, inciso I, da Lei Complementar de nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR DO CONTRATO

O **BANCO DO BRASIL** abre ao **BENEFICIÁRIO**, por meio deste contrato, um crédito no valor de até R\$ 3.645.563.000,00 (Três bilhões, seiscentos e quarenta e cinco milhões, quinhentos e sessenta e três mil reais), correspondentes a US\$ 1.786.165.115,00 (Um bilhão, setecentos e oitenta e seis milhões, cento e sessenta e cinco mil e cento e quinze dólares norte-americanos) convertidos à taxa PTAX de venda do dia 04.06.2012, com fundamento na Resolução do CMN de nº 3.844, de 23.03.2010.

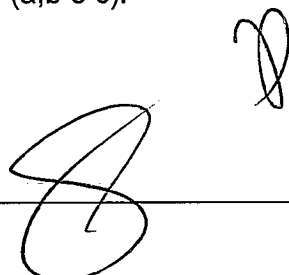
PARÁGRAFO ÚNICO - O **FINANCIADO** reconhece que a dívida contraída pelo **FINANCIADOR** junto ao **EMPRESTADOR** é em dólares dos Estados Unidos da América (US\$) e também reconhece que são devidos os encargos decorrentes desse endividamento externo do **FINANCIADOR** junto ao **EMPRESTADOR**, que serão objeto de repasse ao **FINANCIADO**, inclusive a variação cambial, nos termos da Resolução do CMN no. 3.844, de 23.03.2010.

CLÁUSULA TERCEIRA – DESTINAÇÃO DO CRÉDITO

O crédito aberto se destina, única e exclusivamente, à aplicação prevista na Lei Estadual de nº 6.183, de 22.03.2012, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 23.03.2012.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor, em moeda nacional, correspondente ao valor em moeda estrangeira, mencionado na Cláusula Segunda, será corrigido, na data da liberação dos recursos, à Taxa Cambial de Venda, em relação ao real (R\$), praticada pelo **FINANCIADOR** no Mercado de Câmbio de Taxas Livres.

PARÁGRAFO SEGUNDO – É de inteira, e exclusiva, responsabilidade do **FINANCIADO** qualquer sobrecusto com a execução das obras de engenharia civil, com a aquisição de bens e serviços e quaisquer outras despesas de capital que venham a ultrapassar o valor inicialmente previsto no projeto/ações citados na Lei Estadual de nº 6.183, de 22.03.2012, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 23.03.2012 e indicados no ANEXO I (a,b e c).



Continuação do **CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE REPASSE DE RECURSOS EXTERNOS N.º 20/0001-4, QUE ENTRE SI FAZEM O BANCO DO BRASIL S.A. E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE UTILIZAÇÃO

O crédito em moeda estrangeira, ora aberto, será utilizado em tranches, e disponibilizado em reais conforme segue:

- a) Pelo valor equivalente em dólares dos Estados Unidos da América ao valor de até R\$ 885.563.000,00 (oitocentos e oitenta e cinco milhões, quinhentos e sessenta e três mil reais) até 31.12.2012;
- b) pelo valor equivalente em dólares dos Estados Unidos da América ao valor de até R\$ 1.104.000.000,00 (Um bilhão, cento e quatro milhões de reais) até 31.12.2013;
- c) pelo valor equivalente em dólares dos Estados Unidos da América ao valor de até R\$ 1.104.000.000,00 (um bilhão, cento e quatro milhões de reais) até 31.12.2014; e
- d) pelo valor equivalente em dólares dos Estados Unidos da América ao valor de até R\$ 552.000.000,00 (quinhentos e cinquenta e dois milhões de reais) até 31.12.2015.

Os recursos em dólares dos Estados Unidos da América – US\$, a serem calculados pela taxa de câmbio de dois dias úteis anteriores à data do desembolso, serão transferidos em reais pelo **FINANCIADOR**, para crédito da conta corrente de nº **291.919-2**, aberta em nome do **BENEFICIÁRIO**, na agência Setor Público Rio de Janeiro (2234), no BANCO DO BRASIL, exclusivamente para receber os recursos oriundos do presente contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O desembolso de cada tranche estará sujeito à aprovação do **FINANCIADOR**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O desembolso deverá ser solicitado pelo **BENEFICIÁRIO** ao **FINANCIADOR** conforme modelo de Pedido de Desembolso de Recursos (Anexo II), com antecedência mínima de 30 dias da data do desembolso pretendida.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os valores aqui citados serão exigidos nas datas acordadas, em dólares norte-americanos (US\$) e convertidos em reais (R\$), na data do pagamento, tendo em vista que os recursos são oriundos de repasse de recursos obtidos no exterior, à luz da Resolução do CMN de nº 3.844, de 23.03.2010.

PARÁGRAFO QUARTO - O **FINANCIADO** assume, neste ato, toda e qualquer variação cambial que tiver por origem este contrato. Em razão da utilização de parâmetros em reais (R\$) para apuração do valor devido em dólares dos Estados Unidos da América (US\$), a obrigação de pagar contraída em moeda estrangeira, desde a assinatura do presente instrumento até o último desembolso, que resulte em um montante superior àquele previsto na Cláusula Segunda, será ajustada a menor na última tranche para o fim de resguardar o valor contratado ou poderá ser objeto de aditivo contratual para acerto do referido valor em moeda estrangeira.

PARÁGRAFO QUINTO – O **FINANCIADO** se compromete a manter os recursos provenientes deste contrato, na conta corrente acima citada, até sua efetiva utilização.

CLÁUSULA QUINTA – AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO EM CONTA

O **FINANCIADO** autoriza, neste ato, o **FINANCIADOR**, em caráter irrevogável e irretratável, a debitar em sua conta corrente de nº **291.632-0**, mantida na agência 2234, os montantes necessários à amortização de cada parcela, nos respectivos vencimentos, e ao pagamento final da dívida, bem como, ao pagamento da comissão de compromisso prevista na Cláusula Décima Segunda, ao pagamento dos juros durante o prazo de carência citados na Cláusula Décima conforme autorização legislativa contida na Lei Autorizadora de nº 6.183, de 22.03.2012, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 23.03.2012.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A autorização contida no *caput* desta Cláusula independe de qualquer outra providência ou condição.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O **FINANCIADO** se compromete, neste ato, a manter a conta corrente, citada nesta Cláusula, até o encerramento dos compromissos assumidos com este contrato, e sua total liquidação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os créditos orçamentários serão empenhados pelo **FINANCIADO** no ano dos pagamentos para cumprimento das obrigações previstas.

CLÁUSULA SEXTA – DO CONTRATO E SEUS DOCUMENTOS

No ato de formalização deste contrato, o **FINANCIADO** afirma que cumpriu todas as obrigações prévias e imprescindíveis à contratação da presente operação e entrega ao **FINANCIADOR** os documentos a seguir discriminados, comprometendo-se a complementar, corrigir ou sanar qualquer deficiência, falta ou incorreção, mesmo que apurada posteriormente:

- a) Parecer da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro - PGE, na forma do Manual Para Instrução de Pleitos – MIP, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, contendo, entre outros itens:
 - I. Análise sobre a legalidade e validade deste contrato;
 - II. Existência de todas as permissões, licenças e autorizações necessárias e o cumprimento de todas as formalidades e procedimentos legais exigidos pela legislação brasileira em vigor, na data da assinatura, bem como validade, legalidade e executabilidade deste contrato, inclusive no que diz respeito aos enquadramentos e autorizações previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar de nº 101/2000), na Resolução do Senado Federal de nº 43, de 2001 e na legislação ambiental (Municipal, Estadual e Federal);



Continuação do **CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE REPASSE DE RECURSOS EXTERNOS N.º 20/0001-4, QUE ENTRE SI FAZEM O BANCO DO BRASIL S.A. E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

III. Afirmação de que o representante legal do **FINANCIADO**, que firmará este contrato, está devidamente autorizado e tem poderes para celebrar e executar o contrato, cumprindo com todas as obrigações nele previstas.

- b) Cópias das autorizações legislativas pertinentes, autorizando o **FINANCIADO** a celebrar o presente contrato, nas condições nele previstas;
- c) Cópia da legislação estadual que permite ao executivo efetuar, excepcionalmente, despesas com empenho *à posteriori*;
- d) Declaração de cumprimento da Emenda Constitucional de nº 62, para entes sujeitos ou não sujeitos, conforme o caso;
- e) Autorização da Secretaria do Tesouro Nacional – STN para contratação do financiamento objeto deste contrato;
- f) Declaração de inexistência de inadimplemento de qualquer natureza, perante o Sistema Financeiro Nacional, por parte do **FINANCIADO**, ou qualquer fato que venha a alterar a sua situação econômico-financeira e que, a critério do **FINANCIADOR**, possa afetar a segurança da operação ou a realização dos projetos/ações onde serão aplicados os recursos obtidos;
- g) Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros – CND de nº 000352012-17060600, expedida em 15.03.2012, com validade até 11.09.2012, do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- h) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF - FGTS, nº 2012051801000525079501, expedido em 31.05.2012, via internet, com validade até 16.06.2012, da Caixa Econômica Federal;
- i) Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida em 08.05.2012, com validade até 04.11.2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF ou Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN;
- j) Declaração de existência de permissões e cumprimento de formalidades;
- k) Cópia de consulta ao CADIN – Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal, com a mesma data da assinatura deste contrato;
- l) Cópia de consulta ao Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC;
- m) Cópia do recibo de entrega da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS;
- n) Declaração acerca da Inexistência de Infrações à Legislação de Discriminação de Raça, Gênero, Trabalho Infantil e Trabalho Escravo;

Continuação do **CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE REPASSE DE RECURSOS EXTERNOS N.º 20/0001-4, QUE ENTRE SI FAZEM O BANCO DO BRASIL S.A. E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

- o) Declaração de Cumprimento da Legislação Aplicável às Pessoas Portadoras de Deficiência;
- p) Declaração de Legislação Trabalhista;
- q) Declaração quanto ao disposto no artigo 97 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, da Emenda Constitucional 62, de 09.12.2009;
- r) Declaração de Adimplência junto à UNIÃO;
- s) Constituição das garantias previstas na Cláusula Décima Quinta.

PARÁGRAFO ÚNICO – Em relação às obras que, na data da formalização deste contrato, ainda não tiverem sido contratadas, o **FINANCIADO** fica obrigado a apresentar os documentos de que trata a alínea “g” e “h” tão logo estejam disponíveis e previamente à liberação da parcela a que referir tais obras.

CLÁUSULA SÉTIMA – CONDIÇÕES PRECEDENTES PARA OS DESEMBOLSOS

I) Para liberação da primeira parcela, o **FINANCIADO** deverá apresentar os seguintes documentos, além dos documentos citados nos itens “g” a “k” e “m” a “r” da Cláusula Sexta, devendo substituí-los caso os prazos de validade dos mesmos já estejam vencidos:

- a) Cópia da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro;
- b) Declaração quanto ao cumprimento da Lei de nº 8.666/93 (Lei das Licitações), quando da contratação das obras e aquisição de bens e serviços relacionados com os projetos/ações deste contrato;
- c) Cópia de consulta ao CADIN com a mesma data da liberação dos recursos;
e
- d) Declaração de inexistência de autuações ambientais referentes às obras e serviços financiados com recursos deste contrato, ainda que parcialmente.

II) Para liberação das parcelas subseqüentes, o **FINANCIADO** deverá apresentar os documentos constantes das Cláusulas Sexta e Sétima, atualizados se tiverem suas validades vencidas; permanecendo válidos os documentos já apresentados ou que não apresentem validade em seu conteúdo, além de:

- a) Comprovação prévia de haver aplicado corretamente a parcela anterior, na seguinte proporção:

Tranches	Comprovação de aplicação
1ª	====
2ª	Mínimo de 80% da 1ª
3ª	Mínimo de 80% da 2ª e 100% da primeira
Intermediárias	Mínimo de 80% da liberação anterior e 100 % das demais;
Última	100% de comprovação de todas as liberações anteriores.

Continuação do **CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE REPASSE DE RECURSOS EXTERNOS N.º 20/0001-4, QUE ENTRE SI FAZEM O BANCO DO BRASIL S.A. E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

- b) Remessa ao **FINANCIADOR** de Mapa de Comprovação de Aplicação de Recursos, na forma do modelo do **ANEXO IV**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os documentos apresentados à título de comprovação de aplicação dos recursos que, por qualquer razão, sejam glosados e não aceitos em sua integralidade, entrarão em demanda de diligências e comporão o percentual de 20% que deverão ser integralmente sanados quando do pedido da próxima liberação e esse será o período aceito para resolução das pendências apontadas no processo de diligência.

PARÁGRAFO SEGUNDO - além do conteúdo desta Cláusula, a liberação só ocorrerá, ainda, mediante consulta ao Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público – CADIP, do Banco Central do Brasil, onde se constate a inexistência de anotações cadastrais impeditivas em nome do **FINANCIADO**, previamente a cada liberação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos projetos/ações em que o Banco seja o único financiador ou o financiador da última etapa, a parcela final terá seu desembolso somente após a comprovação integral da aplicação dos recursos envolvidos.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso o **FINANCIADO** solicite antecipação de liberação, o **FINANCIADOR** envidará os melhores esforços para atendê-lo, desde que o **FINANCIADO** comprove o adiantamento dos projetos/ações previstos e desde que respeitado o valor total orçado para cada um deles, na forma do ANEXO I (a, b e c).

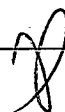
PARÁGRAFO QUINTO – **FINANCIADO** e **FINANCIADOR** poderão, de comum acordo, revisar a sistemática constante desta Cláusula, estabelecendo novas condições ou as alterando, desde que devidamente aprovado pelo EMPRESTADOR.

CLÁUSULA OITAVA – SUSPENSÃO DE LIBERAÇÃO DE CRÉDITO

O **FINANCIADOR** poderá suspender a liberação de novos valores, componentes do valor total deste contrato, quando o **FINANCIADO** deixar de apresentar ao **FINANCIADOR**, no prazo por este indicado, a documentação necessária para a comprovação da correta aplicação dos recursos obtidos por meio deste instrumento ou na ocorrência de mudança material ou substancial nas condições de mercado.

CLÁUSULA NONA – FORMA DE PAGAMENTO DO PRINCIPAL

Sem prejuízo do vencimento estipulado na Cláusula Décima Sexta, a dívida resultante de cada desembolso deste contrato será paga em 31 (trinta e uma) prestações sucessivas referentes ao principal, vencíveis nos meses de junho e dezembro de cada ano, conforme cronograma abaixo, do valor em dólares americanos (US\$), convertidos ao equivalente em moeda nacional (R\$), à taxa cambial de venda, em relação ao real (R\$), de dois dias úteis anteriores ao vencimento da obrigação, praticada pelo **BANCO DO BRASIL** no Mercado de Câmbio de Taxas Livres.



Continuação do CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE REPASSE DE RECURSOS EXTERNOS N.º 20/0001-4, QUE ENTRE SI FAZEM O BANCO DO BRASIL S.A. E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Parcela	Vencimento
1	16/06/2017
2	15/12/2017
3	15/06/2018
4	17/12/2018
5	18/06/2019
6	16/12/2019
7	15/06/2020
8	15/12/2020
9	15/06/2021
10	15/12/2021
11	15/06/2022
12	15/12/2022
13	15/06/2023
14	15/12/2023
15	17/06/2024
16	16/12/2024
17	16/06/2025
18	15/12/2025
19	15/06/2026
20	15/12/2026
21	15/06/2027
22	15/12/2027
23	16/06/2028
24	15/12/2028
25	15/06/2029
26	17/12/2029
27	17/06/2030
28	16/12/2030
29	16/06/2031
30	15/12/2031
31	15/06/2032

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Após o período de carência, previsto na Cláusula Décima, o vencimento da primeira parcela de principal ocorrerá na data de vencimento de junho ou dezembro subsequente ao desembolso, observando-se o cronograma de pagamentos estabelecido no *caput* desta cláusula.

Continuação do **CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE REPASSE DE RECURSOS EXTERNOS N.º 20/0001-4, QUE ENTRE SI FAZEM O BANCO DO BRASIL S.A. E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

PARÁGRAFO SEGUNDO - Qualquer recebimento das prestações fora dos prazos avençados constituir-se-á em mera tolerância, que não poderá ser considerada novação e não afetará, de forma alguma, as datas de seus vencimentos ou as demais cláusulas e condições deste instrumento, que não importará modificação do ajustado, inclusive quanto aos encargos resultantes da mora.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O **FINANCIADO** obriga-se, ainda, a dar aviso ao **FINANCIADOR**, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, no caso de pretender amortizar ou liquidar antecipadamente o saldo devedor resultante deste contrato, só o fazendo com a anuência do **FINANCIADOR**, sem prejuízo de continuar respondendo pelo risco de câmbio e pelas demais obrigações aqui assumidas.

PARÁGRAFO QUARTO – Todo vencimento de prestação de amortização de principal e encargos que ocorra aos sábados, domingos ou feriados nacionais, nas praças de Nova Iorque (EUA), Viena (Áustria) e Brasil, inclusive os bancários, será, para todos os fins e efeitos, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo que os encargos serão calculados até essa data, e iniciando-se, também, a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos da operação.

CLÁUSULA DÉCIMA – CARÊNCIA

O prazo de carência para o início das amortizações do montante principal desembolsado para o **FINANCIADO** será único e de 60 meses, contados a partir da data de assinatura do presente instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Durante o prazo de carência continuarão vigentes todos os encargos financeiros contratados sobre as parcelas já desembolsadas, na forma das Cláusulas Décima Primeira, Cláusula Décima Terceira e a Cláusula Décima Quarta e a comissão de compromisso referida na Cláusula Décima Segunda.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Durante o período de carência, o **FINANCIADO** pagará os juros estipulados na Cláusula Décima Primeira sobre o montante desembolsado, bem como a Comissão de Compromisso, prevista na Cláusula Décima Segunda, incidente sobre os valores a desembolsar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ENCARGOS FINANCEIROS – JUROS

O **FINANCIADO** pagará ao **FINANCIADOR** juros de 3,85% a.a. (três inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) acima da Libor de seis meses, ao ano, conforme divulgada pela British Bankers Association (BBA) e calculados sobre o valor utilizado do crédito, pendente de liquidação, em dólares norte-americanos (US\$), exigíveis a partir da data de desembolso de cada tranche com vencimentos sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro durante o período de carência e nas mesmas datas de pagamento de principal após o período de carência, observado o disposto no parágrafo quarto da Cláusula Nona.

Continuação do **CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE REPASSE DE RECURSOS EXTERNOS N.º 20/0001-4, QUE ENTRE SI FAZEM O BANCO DO BRASIL S.A. E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Taxa **LIBOR** acima referida é a **LIBOR** semestral devendo refletir aquela cobrada pelo **EMPRESTADOR**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O valor em moeda estrangeira apurado para pagamento dos juros, deverá ser informado pelo **FINANCIADOR** ao **FINANCIADO** com no mínimo 15 dias de antecedência ao vencimento da obrigação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os pagamentos das parcelas do financiamento serão semestrais e não serão alterados em decorrência das datas de desembolso. Assim, nas datas avençadas para pagamentos, serão devidos os juros citados no *caput* para todo e qualquer desembolso já efetuado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – COMISSÃO DE COMPROMISSO

Sobre o valor da operação a desembolsar, expresso em dólares norte-americanos (US\$) no *caput* da Cláusula Segunda, incidirá comissão de compromisso de 1% (um ponto percentual) ao ano, desde a data da assinatura deste contrato até a data de sua utilização total em Reais (R\$) ou desistência. Referidos valores serão calculados diariamente e exigidos sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro ou na desistência da operação, conforme o caso; devidamente convertidos em moeda nacional (R\$) à taxa cambial de venda praticada pelo **FINANCIADOR** no Mercado de Câmbio de Taxas Livres, observado o disposto no parágrafo quarto da Cláusula Nona.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor em dólares norte-americanos (US\$) sobre o qual incidirá o cálculo determinado no *caput* desta Cláusula, será o valor contratado definido no *caput* da Cláusula Segunda, deduzido o valor em dólares norte-americanos efetivamente desembolsado em cada tranche.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CORREÇÃO CAMBIAL

O saldo devedor apresentado na conta vinculada ao presente financiamento, que consta da Cláusula Quarta, estará sujeito à correção cambial diária na forma autorizada pelo parágrafo segundo do artigo 11 do Regulamento Anexo I à Resolução no. 3.844/10, pela variação do dólar norte-americano (US\$), a partir da data de liberação dos recursos, considerando-se a taxa cambial de venda, em relação ao real (R\$), praticada pelo **FINANCIADOR** no Mercado de Câmbio de Taxas Livres, a qual, para efeitos desta Cláusula, considera-se aquela divulgada pelo Banco Central do Brasil, por meio da transação PTAX800, opção 5, do Sistema de Informações do Banco Central do Brasil – SISBACEN, ou outra que vier a substituí-lo. Referida correção será calculada, no último dia útil de cada mês, tomando por base a cotação de fechamento daquela moeda no primeiro dia útil anterior à data de liberação dos recursos, do último dia útil anterior à data de vencimento das parcelas de principal, da amortização, do vencimento ou da liquidação da dívida.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A correção cambial definida no *caput* desta Cláusula, objetiva ajustar monetariamente o saldo devedor em moeda nacional, de forma a refletir a evolução da dívida contraída em moeda estrangeira.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O risco de câmbio fica inteiramente a cargo do **FINANCIADO**, devendo o mesmo, em consequência, fazer o pagamento de cada prestação, seja de principal, juros, comissões, despesas e demais encargos, em dólares norte-americanos (US\$), consistindo isso na entrega ao **FINANCIADOR** pelo **FINANCIADO** do respectivo contravalor em moeda nacional (R\$), obtido pela aplicação da taxa cambial de venda praticada pelo **FINANCIADOR** no Mercado de Taxas Livres 2 (dois) dias úteis anteriores à data dos pagamentos das obrigações deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – LIQUIDAÇÃO E/OU AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA

O **FINANCIADOR** assegura ao **FINANCIADO** o direito à liquidação ou amortização antecipada deste instrumento, observado o parágrafo terceiro da Cláusula Nona, mediante o recebimento de recursos transferidos por outra instituição financeira, na forma estabelecida pelo artigo 1º da Resolução do CMN de nº 3.401, de 06.09.2006.

PARÁGRAFO ÚNICO – Havendo liquidação ou amortização antecipada do financiamento, será devida pelo **FINANCIADO**, a partir do dia seguinte à liberação do crédito, inclusive, tarifa de pagamento antecipado, equivalente a 2% (dois pontos percentuais) do valor do saldo devedor na data da liquidação/amortização antecipada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – GARANTIA

Em garantia do cumprimento de todas as obrigações oriundas deste contrato, e tendo em vista a autorização emanada na Lei Estadual de nº 6.183, de 22.03.2012, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 23.03.2012 e autorização para a contratação pelo Ministério da Fazenda, no Processo de nº 17944.000532/2012-31, despachado em 30.05.2012 e publicado no Diário Oficial da União de nº 106, seção 1, página 38, de 01.06.2012, o presente financiamento possui aval (Garantia) da UNIÃO, representado por contrato específico, anexo a este Contrato de Financiamento, do qual fica fazendo parte integrante para todos os efeitos.

PARÁGRAFO ÚNICO – Somente após a formalização do aval (Garantia) da UNIÃO, por meio de contrato citado no *caput* desta Cláusula, o inteiro conteúdo do presente contrato poderá surtir efeitos de qualquer natureza, uma vez que sem o aval (Garantia) da UNIÃO, o presente financiamento é considerado nulo de todo direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO VENCIMENTO

O presente contrato vencerá em 15/06/2032, obrigando-se o **FINANCIADO** a pagar todas as responsabilidades dele oriundas, aí compreendidos: principal, comissão, correção cambial, juros, outros acessórios e quaisquer despesas, inclusive tributárias, independentemente de qualquer aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – VENCIMENTO ANTECIPADO

Se o **FINANCIADO** não pagar pontualmente quaisquer das prestações previstas neste contrato, inclusive os juros durante o período de carência, ou não dispuser de saldo suficiente na conta corrente citada na Cláusula Quarta, nas datas dos seus respectivos vencimentos, para que o **FINANCIADOR** promova os lançamentos contábeis destinados às suas devidas liquidações, conforme expressamente previsto na Cláusula Nona, poderá o **FINANCIADOR** considerar vencidas antecipadamente, de pleno direito, todas as demais parcelas ainda vincendas, relativas aos desembolsos efetivamente realizados, assumidas neste contrato e exigir o total da dívida delas resultante, independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial.

PARÁGRAFO ÚNICO – O FINANCIADOR também poderá considerar integralmente vencida, e exigível, a dívida resultante deste contrato, bem como proceder à imediata sustação de qualquer desembolso, quando o **FINANCIADO**:

- a) Prestar ao **FINANCIADOR**, através de seus agentes públicos, informações incompletas ou alteradas; inclusive através de documento público ou particular de qualquer natureza;
- b) Deixar de prestar, através de seus agentes públicos, informações que, se de conhecimento do **FINANCIADOR**, poderiam alterar seus julgamentos e/ou avaliações;
- c) Tornar(em)-se inadimplente(s) em outra(s) operação(ões) mantida(s) junto ao **FINANCIADOR**;
- d) Aplicar os recursos concedidos em finalidade diversa daquela prevista neste contrato, sem prejuízo da comunicação ao Ministério Público, para os efeitos da Lei Federal de nº 7.492, de 06.06.1986.

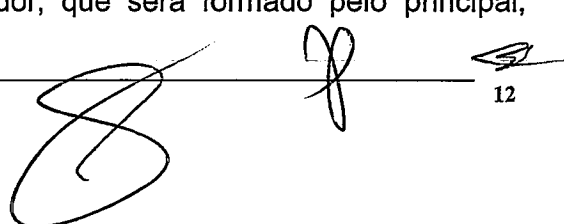
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PROCESSAMENTO E COBRANÇA DA DÍVIDA

A cobrança do principal e encargos será feita mediante aviso de cobrança expedido pelo **FINANCIADOR**, por meio do qual será informado, ao **FINANCIADO**, o montante necessário à liquidação de suas obrigações nas datas dos vencimentos, para todo o período contratado, incluindo-se aquele referente à carência.

PARÁGRAFO ÚNICO – O não recebimento do aviso de cobrança não eximirá o **FINANCIADO** da obrigação de pagar ao **FINANCIADOR** as prestações do principal e encargos nas datas estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

O **FINANCIADO** reconhecerá como prova, para determinação da dívida resultante deste contrato, os lançamentos que o **FINANCIADO** efetuar sob aviso, recibos, cheques ou saques que venha a emitir, e o **FINANCIADOR**, por sua vez, os recibos ou comunicações que expedir sobre as quantias creditadas na respectiva conta, indicada na Cláusula Quarta, pelo que a certeza e liquidez da dívida não estarão sujeitas à prévia verificação do saldo devedor, que será formado pelo principal,



Continuação do CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE REPASSE DE RECURSOS EXTERNOS N.º 20/0001-4, QUE ENTRE SI FAZEM O BANCO DO BRASIL S.A. E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

encargos financeiros, outros acessórios e quaisquer despesas com a ressalva de poder o **FINANCIADO** reclamar contra qualquer erro, omissão, engano, dentro de 30 (trinta) dias da data do recebimento da respectiva comunicação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – PRESERVAÇÃO DE DIREITOS

Fica expressa e irrevogavelmente estabelecido que a abstenção do exercício, por parte do **FINANCIADOR**, de quaisquer direitos que lhe assista por força do presente contrato ou a concordância com atrasos no cumprimento ou inadimplemento de obrigações do **FINANCIADO**, não afetarão aqueles direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos a qualquer tempo e não alterarão, de nenhum modo, as condições estipuladas neste instrumento, nem obrigarão o **FINANCIADOR** relativamente a vencimentos ou inadimplementos futuros.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – IMPUTAÇÃO AO PAGAMENTO

As quantias recebidas para crédito do **FINANCIADO** serão imputadas ao pagamento das verbas a seguir discriminadas, obrigatoriamente na seguinte ordem: multa, juros moratórios, juros remuneratórios, comissão de permanência, outros acessórios debitados, principal vencido e principal vincendo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – MARKET FLEX

O **FINANCIADOR** e o **FINANCIADO**, de comum acordo, reservam-se o direito de, a qualquer momento, requererem modificação de quaisquer termos deste contrato nas seguintes, mas não limitadas, situações:

- a) Ocorrência de mudança material ou substancial nas condições de mercado;
- b) Ocorrência de mudanças nas normas legais ou regulamentares aplicáveis no mercado financeiro que alterem substancialmente os procedimentos jurídicos ou operacionais relacionados, de qualquer forma, à concessão do aval (Garantia) da UNIÃO;
- c) Ocorrência de alteração material adversa na condição financeira, nas operações, no negócio ou nas condições financeiras do **FINANCIADO**;
- d) Turbulências políticas e/ou econômicas nos mercados nacional e internacional, tais como: (i) alteração das diretrizes das políticas monetária e cambial adotada pelo Banco Central do Brasil, Ministério da Fazenda e/ou Comitê de Política Monetária, que resultem em aumento na taxa de juros básica (SELIC), incremento do risco-país em 250 bps (duzentos e cinquenta pontos base) ou mais e (ii) quaisquer eventos de mercado que afetem o retorno esperado pelos bancos ou resultem no aumento substancial dos custos ou na razoabilidade econômica da operação aqui descrita, ou caso tais modificações sejam necessárias para refletir as condições de mercado daquele momento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO E COMPROVAÇÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

A sistemática a ser adotada para efeitos de comprovação da aplicação do crédito obedecerá ao que segue:

- a) A obrigação pela comprovação da aplicação correta dos recursos cabe ao **FINANCIADO**, cabendo ao **FINANCIADOR** promover a aceitação, ou não, após análise da documentação apresentada para tal;
- b) O **FINANCIADO** deverá apresentar notas fiscais com a respectiva quitação financeira (tais como: TED, DOC, ordem de pagamento, depósito em conta corrente, boleto bancário quitado e recibos), além das Notas de Empenho e liquidação; sejam dos recursos obtidos com este contrato, sejam com outras fontes de financiamento, como por exemplo: recursos próprios, BID, BNDES, entre outros;
- c) Tais documentos, para efeitos de comprovação, serão aceitos com data a partir de 07.02.2012 e pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses após a respectiva liberação, salvo nos casos em que o BB seja financiador de 100% da ação, quando a última parcela somente será liberada após a conclusão total dos projetos/ações a que se referem;
- d) No acolhimento de comprovantes referentes à aquisição de veículos, máquinas e implementos, a nota fiscal deverá ser apresentada juntamente com os Certificados de Registro de Veículos;
- e) No caso de bens fabricados sob encomenda, a comprovação da aplicação do crédito deverá ser comprovada por meio de cópia autenticada de contrato de compra e venda para entrega futura, firmado entre o fabricante, com aceite do **FINANCIADO**, contendo a descrição dos serviços a serem realizados, os valores e as datas de conclusão previstas para cada etapa, acompanhado dos recibos de pagamentos ou adiantamentos por ventura efetuados, ou nota fiscal de venda futura, além da comprovação do cumprimento dos ditames da lei 8.666/93 (lei das licitações);
- f) No caso de apresentação de recibos, e quando o vendedor ou prestador de serviços esteja legalmente desobrigado da emissão de nota fiscal, do recibo deverá constar: o registro do CPF, do documento de identidade (ou do CNPJ, no caso de pessoa jurídica), com a identificação do representante legal do CNPJ, devidamente assinado;
- g) Quando se tratar de obras de engenharia civil, o **FINANCIADOR** poderá realizar visitas de fiscalização; nestes casos, o **FINANCIADO** deverá disponibilizar para o **FINANCIADOR**, assim que disponível, e no mínimo com 30 dias úteis de antecedência da visita de fiscalização, os projetos descritivos de engenharia, as especificações, os orçamentos, os cronogramas de andamento físico e físico-financeiro das obras e os contratos de empreitadas; bem como, o roteiro de acesso com croqui de localização do empreendimento; tais documentos apresentados serão utilizados nas demais visitas de fiscalização, se for o caso. Nestes casos, o **FINANCIADO**, em sendo possível, deverá identificar em qual trecho das obras foram aplicados os recursos obtidos com o financiamento deste contrato;

Continuação do **CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE REPASSE DE RECURSOS EXTERNOS N.º 20/0001-4, QUE ENTRE SI FAZEM O BANCO DO BRASIL S.A. E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

- h) O **FINANCIADO** deverá apresentar o resultado das fiscalizações efetuadas por órgãos do Governo Estadual (medições) que balizaram o pagamento das empreiteiras, bem como fornecer documentos adicionais que o **FINANCIADOR** julgar necessários à realização das vistorias das obras de engenharia civil;
- i) Em relação às obras, o **FINANCIADO** deverá apresentar Anotações de Responsabilidade Técnica – ART do CREA do(s) responsável (is) pelas obras de engenharia civil, alvarás de construção, quando exigido pela legislação municipal, e Certificado Específico do INSS – CEI, relativo à matrícula das obras civis no INSS;
- j) O **FINANCIADO** deverá apresentar, também, licenças ambientais prévias, de instalação ou operação, na forma da legislação ambiental aplicável, conforme a respectiva etapa do projeto/ações, expedidas pelo órgão ambiental competente, em nome do **FINANCIADO** ou entidade diretamente responsável pela execução das obras ou serviços; e
- k) A fim de manter a transparência na utilização dos recursos, o **FINANCIADO** se compromete a efetuar o pagamento aos fornecedores, com utilização dos recursos obtidos deste contrato, por meio do **BANCO DO BRASIL S.A.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Nos projetos/ações com mais de uma fonte de recursos, o **FINANCIADO** deverá manter a disposição do **FINANCIADOR**, para consultas a qualquer tempo, e sempre que requisitado pelo **FINANCIADOR**, compromete-se a entregar, a comprovação de utilização dos recursos verificada pelas demais fontes de financiamento, como por ex: BNDES, BID, etc.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os custos referentes às vistorias de fiscalização de obras de engenharia civil serão ressarcidos pelo **FINANCIADO**, admitida a utilização de rubrica específica no orçamento estadual.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O **FINANCIADO** obriga-se a guardar as notas fiscais, faturas, recibos, notas de empenho, notas de liquidação e outros documentos decorrentes das operações de venda e prestação de serviços realizados com os recursos deste contrato e entregar cópias autenticadas, por agente público do próprio **FINANCIADO** ao **FINANCIADOR** no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, quando por este solicitado. Isto porque tais documentos comprovarão as despesas públicas (de capital) realizadas, nos termos do artigo 63 da Lei nº 4.320, de 17.03.1964. Não sendo cumprido tal prazo, o **FINANCIADOR** poderá considerar o contrato vencido, na forma da Cláusula Décima Sétima.

PARÁGRAFO QUARTO - Nenhum documento de comprovação de aplicação de recursos será aceito contendo ressalvas, rasuras, acertos e/ou condições restritivas, e tais documentos ficarão sujeitos à análise e aceitação pelo **FINANCIADOR**.

PARÁGRAFO QUINTO - O **FINANCIADO** assume o compromisso de manter arquivado, durante o prazo de validade deste contrato, toda e qualquer documentação utilizada para comprovação de aplicação dos recursos.



PARÁGRAFO SEXTO - O FINANCIADO se compromete a apresentar comprovantes de que o pagamento a fornecedor estrangeiro, no caso de sua ocorrência, se deu mediante à comprovação da entrega dos bens adquiridos no exterior, conforme prevista no contrato de compra e venda e de acordo com as especificações constantes do projeto financiado, observadas as disposições legais pertinentes a tais transações, inclusive quanto ao cumprimento da legislação licitatória pertinente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - VISTORIAS

O **FINANCIADO** assume o compromisso de permitir, além de facilitar, ao **FINANCIADOR** e seus representantes devidamente identificados e indicados por ele, ampla fiscalização da aplicação dos recursos deste contrato e do desenvolvimento das atividades por meio deste contrato financiadas, franqueando a seus representantes e prepostos livre acesso às dependências do **FINANCIADO** e às obras de engenharia civil, bem como, aos comprovantes de pagamentos de fornecedores, documentos comprobatórios do regular processo licitatório envolvido, pagamento de impostos, registros contábeis, jurídicos e qualquer outra informação solicitada e atinente aos recursos deste contrato, sob pena de vencimento antecipado deste contrato e imediata exigibilidade da dívida.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O FINANCIADOR poderá, sempre que julgar necessário, exigir a apresentação de comprovação de tomada de preços ou de concorrências, de homologação de resultados, bem como a apresentação de contratos com empreiteiros e outros fornecedores, consultores e auditores externos que tenham sido pagos ou que serão pagos com os recursos oriundos deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O FINANCIADO compromete-se a apresentar ao **FINANCIADOR**, sempre que por este solicitado, a documentação referente ao processo de regularização das áreas de intervenção promovidas com os recursos deste contrato, revestidas das formalidades legais, de acordo com cada situação, quais sejam:

- a) Matrícula imobiliária atualizada;
- b) Escritura Pública de aquisição de área pelo **FINANCIADO**, por quaisquer meios previstos em direito: compra, permuta, doação em pagamento, acessão, usucapião, herança jacente e desapropriação, sendo que se a escritura já esteja registrada perante o Cartório de Imóveis devido, esta poderá ser substituída por matrícula imobiliária atualizada e caso esteja pendente de registro, a escritura pública deverá estar acompanhada de documentos relativos ao imóvel e ao vendedor para fins de verificação da inexistência de impedimentos legais ao posterior registro;
- c) Carta de Adjudicação ou de Arrematação, mesmo que ainda esteja pendente o registro devido perante o Cartório de Registro de Imóveis;
- d) Auto de Imissão na Posse, expedido nos autos de processo judicial de desapropriação direta, em curso, acompanhado do decreto de desapropriação, ainda que pendente de registro da posse perante o Cartório de Registro de Imóveis;

Continuação do **CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE REPASSE DE RECURSOS EXTERNOS N.º 20/0001-4, QUE ENTRE SI FAZEM O BANCO DO BRASIL S.A. E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

- e) Declaração do Chefe do Poder Executivo concedente, para os casos de intervenção em área institucional ou considerada de uso comum do povo ou, ainda, de domínio público;
- f) Documentação que comprove o ajuizamento de ações pleiteando o reconhecimento do direito à titularidade de áreas aos seus ocupantes, para os casos de intervenção em área ocupada por mais de 05 anos nas quais se caracteriza a possibilidade de utilização da usucapião especial, hipótese que o FINANCIADO deve orientar os ocupantes no sentido de proceder à regularização fundiária da área; e
- g) Declaração Expropriatória e declaração firmada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal atestando que as áreas de terras onde será executada a intervenção encontram-se na posse/domínio do FINANCIADO.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O **FINANCIADO** declara que se responsabiliza, e assume, qualquer ônus que venha a ocorrer, relativo à questões fundiárias que se refiram às ações/projetos financiados com recursos deste contrato e ciente fica que, não haverá qualquer hipótese de suplementação dos recursos por este instrumento aportados.

PARÁGRAFO QUARTO – O **FINANCIADO** compromete-se a fornecer aos representantes e prepostos do **FINANCIADOR** a logística e suporte necessários à realização das vistorias às obras de engenharia civil.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – CESSÃO DE CRÉDITOS

O **FINANCIADOR** poderá ceder, transferir ou dar em penhor o crédito deste contrato, bem como ceder os direitos, títulos, garantias ou interesses seus a terceiros, na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – MEIO AMBIENTE

O **FINANCIADO** obriga-se a cumprir o disposto na legislação federal, estadual, e municipal (nas localidades onde as intervenções serão financiadas com os recursos deste contrato) referente à Política Nacional do Meio Ambiente, adotando, durante o prazo de vigência deste contrato, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos causados ao meio ambiente, à segurança e à medicina do trabalho, que possam vir a serem causados pela execução dos projetos/ações objeto deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O **FINANCIADO** obriga-se a manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos ambientais, durante o prazo de vigência deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O **FINANCIADO** ressarcirá o **FINANCIADOR** qualquer quantia que este seja compelido a pagar por conta de dano ambiental que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar relacionado aos projetos/ações objeto deste contrato, assim como deverá indenizar o **FINANCIADOR** por qualquer perda

Continuação do CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE REPASSE DE RECURSOS EXTERNOS N.º 20/0001-4, QUE ENTRE SI FAZEM O BANCO DO BRASIL S.A. E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

ou dano que venha experimentar em decorrência de dano ambiental decorrente dos projetos/ações financiados com recursos deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O **FINANCIADO** obriga-se a comunicar imediatamente ao **FINANCIADOR** qualquer evento que cause grave lesão ao meio ambiente ou violação às leis e práticas de proteção ambiental durante a execução das ações/projetos apoiados com os recursos deste contrato, nominando as ações reparadoras das ocorrências e as atitudes de reversão adotadas para a sua solução.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – RESILIÇÃO OU RESCISÃO

A resilição ou rescisão ocorrerá sem ônus para o **FINANCIADO** e o **FINANCIADOR** e depois de honradas as obrigações já incorridas anteriormente ao encerramento da operação, ensejando o vencimento antecipado do contrato e a suspensão de liberação de parcelas ainda não utilizadas, na ocorrência de qualquer das hipóteses abaixo:

- a) Se ocorrer a incidência de novos tributos de qualquer natureza sobre as operações da espécie, ou aumento substancial das alíquotas ou valores dos tributos vigentes;
- b) Eventos graves que, de comum acordo entre **FINANCIADO** e **FINANCIADOR**, tornem impossíveis, ou desaconselháveis, o cumprimento das obrigações assumidas neste contrato;
- c) Ocorrência de eventos que afetem a capacidade financeira do **FINANCIADO**; e
- d) Eventos que possam causar prejuízo à imagem do **FINANCIADOR** no contexto da sociedade e do Sistema Financeiro Nacional.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – INADIMPLEMENTO

Em caso de descumprimento de qualquer obrigação legal ou convencional, ou no caso de vencimento antecipado da operação, a partir do inadimplemento e sobre os valores inadimplidos, será exigida comissão de permanência a taxa de mercado do dia do pagamento, nos termos da Resolução de nº 1.129, de 15.05.1986, do Conselho Monetário Nacional, em substituição aos encargos de normalidade pactuados. Referida comissão de permanência será calculada diariamente e debitada no último dia de cada mês e na liquidação da dívida, para ser exigida juntamente com as amortizações de capital, proporcionalmente aos seus valores nominais e na liquidação da dívida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS

O **FINANCIADO** obriga-se a atender às intimações que lhe venham a ser feitas pelo **FINANCIADOR**, no interesse da segurança e realização do crédito ora aberto, na forma e no prazo que delas constarem, as quais se tornarão efetivas pela aposição do “ciente” do **FINANCIADO**, representado por agente público ou carimbo/recibo do seu protocolo oficial, ou em virtude de aviso por via postal.

Continuação do **CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE REPASSE DE RECURSOS EXTERNOS N.º 20/0001-4, QUE ENTRE SI FAZEM O BANCO DO BRASIL S.A. E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica facultado ao **FINANCIADOR** mencionar, em qualquer divulgação, que fizer sobre suas atividades, a colaboração financeira concedida por meio deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O **FINANCIADO** assume o compromisso de mencionar expressamente a cooperação do **BANCO DO BRASIL S.A.**, como entidade financiadora dos projetos/ações objetos deste contrato, nos locais das obras.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Se qualquer item ou cláusula deste contrato vier a ser considerada ilegal, inexecutável ou, por qualquer motivo, ineficaz, todos os demais itens e cláusulas permanecerão plenamente válidos e eficazes. **FINANCIADO** e **FINANCIADOR**, desde já, se comprometem a negociar, no menor prazo possível, item ou cláusula que, conforme o caso, venha a substituir o item ou cláusula considerado ilegal, inexecutável ou ineficaz. Nessa negociação será considerado o objetivo primeiro deste contrato na data de sua assinatura, bem como o contexto no qual o item ou cláusula revisto foi inserido.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - RESPONSABILIDADE PELOS ENCARGOS E DESPESAS

Correrão por conta do **FINANCIADO** todos os encargos, tributos, contribuições sociais e despesas de qualquer natureza incidentes sobre este contrato e realização da garantia a ele vinculada, que o **FINANCIADOR** seja obrigado a pagar ou suportar, mesmo na hipótese de cancelamento parcial ou total do crédito aberto, conforme previsão da Resolução do CMN de nº 3.844, de 23.03.2010.

PARÁGRAFO ÚNICO – O **FINANCIADO** obriga-se a indenizar o **FINANCIADOR**, nos exatos termos da penalidade recebida, se eventuais ações intentadas por terceiros, vinculadas à obras, ao fornecimento ou aquisição de mercadorias ou serviços, adquiridos e ou pagos com os recursos deste contrato, inclusive, mas não limitado, a eventuais custas e despesas legais incorridas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

As obrigações assumidas neste contrato poderão ser objeto de execução específica por iniciativa do **FINANCIADOR**, nos termos do disposto nos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Nenhuma ação ou omissão, tanto do **FINANCIADO** quanto do **FINANCIADOR** importará em renúncia de seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo, nem significará novação de quaisquer das obrigações decorrentes do presente Contrato. Os direitos e recursos previstos neste Contrato são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos ou recursos previstos em lei.

Continuação do **CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE REPASSE DE RECURSOS EXTERNOS N.º 20/0001-4, QUE ENTRE SI FAZEM O BANCO DO BRASIL S.A. E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

PARÁGRAFO SEGUNDO – O **FINANCIADO** não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, quaisquer de seus direitos e obrigações previstos no presente contrato sem o prévio consentimento do **FINANCIADOR**.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fica expressamente acordado entre o **FINANCIADO** e o **FINANCIADOR** que todos e quaisquer custos, despesas, encargos, emolumentos e tributos (incluindo quaisquer impostos, taxas e/ou contribuições devidos), relacionados à celebração, registro ou execução e acompanhamento do presente contrato, da garantia nele prevista ou de qualquer alteração do mesmo serão de responsabilidade e correrão por conta do **FINANCIADO**, inclusive o acompanhamento por parte do **FINANCIADOR** no que pertine às vistorias e inspeções que serão realizadas, mesmo na hipótese de cancelamento parcial ou total do crédito aberto.

PARÁGRAFO QUARTO – O Programa Pró-Cidades será executado pelo Beneficiário, por intermédio da Secretaria de Estado de Obras – SEOBRAS, que será responsável pela coordenação geral de suas atividades. Assim, caberá à SEOBRAS coordenar as atividades do Programa entre as diversas Secretarias e Entidades Estaduais que dele participarão.

PARÁGRAFO QUINTO - Toda e qualquer notificação ou comunicação trocada entre o **FINANCIADO** e o **FINANCIADOR**, relativamente ao presente Contrato, deverá ser feita por escrito e entregue via correio ou portador, para o endereço indicado a seguir:

BANCO DO BRASIL S.A. – Agência Setor Público Rio de Janeiro:
Endereço: Praça Quinze de Novembro, nº 20, 13º andar,
Centro, Rio de Janeiro CEP: 20.010-010
Telefone: (21) 3262-7300

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO:
Endereço: Rua México, 125 – 9º andar
Rio de Janeiro CEP: 20.031-145
Telefone: (21) 2200-5053

PARÁGRAFO SEXTO - Qualquer alteração no endereço acima deverá ser comunicado ao **FINANCIADOR**, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

O **FINANCIADO** obriga-se a providenciar a publicação deste contrato ou de seu extrato, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, às suas expensas, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, em atendimento ao § único do artigo 61 da Lei Federal de nº 8.666/93, para fins de validade e eficácia do instrumento.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - FORO

Continuação do **CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE REPASSE DE RECURSOS EXTERNOS N.º 20/0001-4, QUE ENTRE SI FAZEM O BANCO DO BRASIL S.A. E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

FINANCIADO e FINANCIADOR elegem o foro da Comarca cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como competente para decidir judicialmente qualquer questão referente ao presente contrato.

Este contrato de Repasse é firmado em 03 (três) vias de igual teor e será subscrito por 02 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro (RJ), 05 de junho de 2012

AGENTE FINANCEIRO:



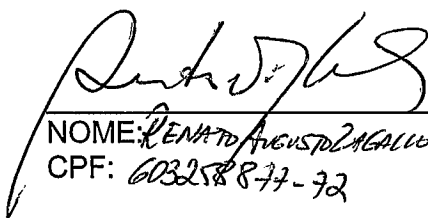
BANCO DO BRASIL S.A.

BENEFICIÁRIO:

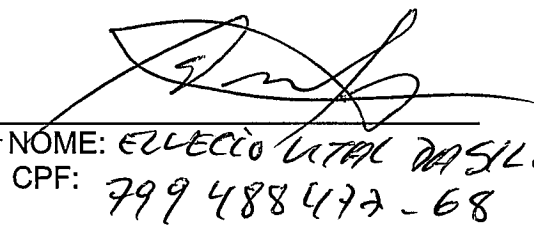


ESTADO DO RIO DE JANEIRO (RJ)

TESTEMUNHAS:



NOME: RENATO AUGUSTO AGALLO VILELA DOS SANTOS
CPF: 603258877-72



NOME: ELLECIO LITAL DA SILVA
CPF: 799488477-68

Continuação do CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE REPASSE DE RECURSOS EXTERNOS N.º 20/0001-4, QUE ENTRE SI FAZEM O BANCO DO BRASIL S.A. E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

ANEXO I – a

FINANCIAMENTO DE APOIO A POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO							
PROGRAMA DE MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA, URBANA E DA MOBILIDADE							
DAS CIDADES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRÓ-CIDADES/RJ							
MATRIZ DE INVESTIMENTOS							
COMPONENTES	Ações	Descrição	Fonte		STATUS	PRAZO TOTAL (AMORTIZAÇÃO+CA RENCIA)	Valores(R\$)
MOBILIDADE	Metrô – Linha 3	Ligação metroviária entre o Centro do Município de Niterói e o Bairro Guaxindiba no município de São Gonçalo, localizados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com 22 km de extensão e 14 estações.	Investimento		ESTIMADO	NA	1.500.000.000,00
			Fontes de Financiamento	BB	EM NEGOCIAÇÃO	20 ANOS	200.000.000,00
				TESOURO ESTADUAL	PPA	NA	900.000.000,00
				PETROBRAS	EM NEGOCIAÇÃO	NA	400.000.000,00
	Metrô – Linha 4 complementar	Ligação metroviária entre os Bairros de Gávea e Barra da Tijuca na Cidade do Rio de Janeiro, com 5 km de extensão e 3 estações.	Investimento		ESTIMADO	NA	3.000.000.000,00
			Fontes de Financiamento	BB	EM NEGOCIAÇÃO	20 ANOS	400.000.000,00
				TESOURO ESTADUAL	PPA	NA	1.200.000.000,00
				BNDDES	EM NEGOCIAÇÃO	25 ANOS	700.000.000,00
				AFD/DPL	EM NEGOCIAÇÃO MINUTA DE CONTRATO	25 ANOS	700.000.000,00
	Arco Metropolitano – complementar	Execução de obras visando implantação de eixo rodoviário de 71 km, que vai contornar a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, favorecendo a integração e o desenvolvimento regional.	Investimento		ESTIMADO	NA	1.009.439.342,00
			Fontes de Financiamento	BB	EM NEGOCIAÇÃO	20 ANOS	200.000.000,00
				TESOURO ESTADUAL	PPA	NA	162.245.350,00
				DNIT/MT	CONVENIO EM EXECUÇÃO	NA	344.948.642,00
				CAF	EM NEGOCIAÇÃO MINUTA DE CONTRATO	25 ANOS	302.245.350,00
	Programa Pró-Estradas complementar	Execução de obras de implantação, duplicação e restauração de rodovias estaduais (RJ's), que cortam e integram os municípios do Estado do Rio de Janeiro.	Investimento		ESTIMADO	NA	468.455.845,00
			1	BB	EM NEGOCIAÇÃO	20 ANOS	250.000.000,00
	TESOURO ESTADUAL	PPA		NA	218.455.845,00		
	Barcas Adicional	Aquisição de barcas para emprego na ligação hidroviária entre as Cidades do Rio de Janeiro e Niterói.	Investimento		ESTIMADO	NA	420.000.000,00
			Fontes de Financiamento	BB	EM NEGOCIAÇÃO	20 ANOS	310.000.000,00
BNDDES				EM NEGOCIAÇÃO	25 ANOS	110.000.000,00	
TOTAL TODOS OS PROJETOS DE MOBILIDADE							6.397.895.187,00
SUBTOTAL DA FONTE BB							1.360.000.000,00
SUBTOTAL FONTE TESOURO ESTADUAL							2.480.701.195,00
SUBTOTAL OUTRAS FONTES							2.557.193.992,00

Continuação do CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE REPASSE DE RECURSOS EXTERNOS N.º 20/0001-4, QUE ENTRE SI FAZEM O BANCO DO BRASIL S.A. E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

ANEXO I - b


GOVERNO DO Rio de Janeiro		FINANCIAMENTO DE APOIO A POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PROGRAMA DE MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA, URBANA E DA MOBILIDADE DAS CIDADES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRÓ-CIDADES/RJ					BANCO DO BRASIL	
MATRIZ DE INVESTIMENTOS								
COMPONENTES	Ações	Descrição	Fonte		STATUS	PRAZO TOTAL(AMORTIZAÇÃO+CA RENCIA)	Valores(R\$)	
INFRA-ESTRUTURA URBANA E EQUIPAMENTOS	Asfalto na Porta	1) Aplicação de asfalto em vias urbanas não pavimentadas, compreendendo drenagem, pavimentação, meio-fio, acessibilidade e sinalização viária nos 91 Municípios do Estado do Rio de Janeiro. 2) Serviços de recuperação de vias urbanas em 91 Municípios do Estado do Rio de Janeiro.	Investimento		ESTIMADO	NA	700.000.000,00	
			Fontes de Financiamento	BB	EM NEGOCIAÇÃO	20 ANOS	700.000.000,00	
	Infra-estrutura em Comunidades	Execução de obras de urbanização e infraestrutura integrada de Comunidades de Baixa Renda na Região Metropolitana, consistindo de pavimentação, drenagem, abastecimento de água, esgotamento sanitário e iluminação.	Investimento		ESTIMADO	NA	150.000.000,00	
			Fontes de Financiamento	BB	EM NEGOCIAÇÃO	20 ANOS	150.000.000,00	
	Morar Seguro	Execução de obras de contenção de encostas e obras de infra-estrutura na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro.	Investimento		ESTIMADO	NA	200.000.000,00	
			Fontes de Financiamento	BB	EM NEGOCIAÇÃO	20 ANOS	200.000.000,00	
	Somando Forças	Execução de obras (Infra-estrutura Urbana e equipamentos sociais) e aquisição de terrenos e equipamentos, visando atender as demandas dos municípios fluminenses.	Investimento		ESTIMADO	NA	360.000.000,00	
			Fontes de Financiamento	BB	EM NEGOCIAÇÃO	20 ANOS	360.000.000,00	
	Controle de Cheias - Norte/Noroeste	Execução de Obras para minimização de cheias nos rios muriaé e pomba, na Região Norte/Noroeste	Investimento		ESTIMADO	NA	555.000.000,00	
			Fontes de Financiamento	BB	EM NEGOCIAÇÃO	20 ANOS	302.782.000,00	
			Fontes de Financiamento	CAIXA	EM NEGOCIAÇÃO	20 ANOS	252.218.000,00	
	Projetos Executivos	Elaboração de Projetos Executivos de Infra-estrutura a serem executados sob gestão da SEOBRAS.	Investimento		ESTIMADO	NA	100.000.000,00	
			Fontes de Financiamento	BB	EM NEGOCIAÇÃO	20 ANOS	100.000.000,00	
	TOTAL TODOS OS PROJETOS DE INFRAESTRUTURA URBANA E EQUIPAMENTOS							2.065.000.000,00
	SUBTOTAL DA FONTE BB							1.812.782.000,00
	SUBTOTAL OUTRAS FONTES							252.218.000,00

Continuação do CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE REPASSE DE RECURSOS EXTERNOS N.º 20/0001-4, QUE ENTRE SI FAZEM O BANCO DO BRASIL S.A. E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

ANEXO I – c

FINANCIAMENTO DE APOIO A POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO								
PROGRAMA DE MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA, URBANA E DA MOBILIDADE								
DAS CIDADES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRÓ-CIDADES/RJ								
MATRIZ DE INVESTIMENTOS								
COMPONENTES	Ações	Descrição	Fonte		STATUS	PRAZO TOTAL (AMORTIZAÇÃO+CAPACIDADE)	Valores(R\$)	
GRANDES EVENTOS (COPA 2014 E OLIMPIADAS DE 2016)	PRODETUR II	Melhorias de infra-estrutura e implantação de equipamentos turísticos no âmbito do Programa de Desenvolvimento turístico do Estado do Rio de Janeiro	Investimento		ESTIMADO	NA	317.900.000,00	
			Fontes de Financiamento	BID	CONTRATADO	25 ANOS	190.400.000,00	
				TESOURO ESTADUAL	PPA	NA	77.500.000,00	
				BB	EM NEGOCIAÇÃO	20 ANOS	50.000.000,00	
	COE (Comando de Operações Especiais) e Casas de Custódia	Construção de Casas de Custódia e da Sede do COE localizado no Bairro de Ramos na Cidade do Rio de Janeiro.	Investimento		ESTIMADO	NA	261.000.000,00	
			Fontes de Financiamento	TESOURO ESTADUAL	PPA	NA	141.000.000,00	
				BB	EM NEGOCIAÇÃO	20 ANOS	120.000.000,00	
	Recuperação do Complexo Lagunar da Barra da Tijuca e Jacarepaguá	Execução de obras de dragagem no Complexo Lagunar das Lagoas da Barra da Tijuca e Jacarepaguá e Canal de Joatinga	Investimento		ESTIMADO	NA	550.000.000,00	
			Fontes de Financiamento	CAIXA	EM NEGOCIAÇÃO	NA	247.219.000,00	
				BB	EM NEGOCIAÇÃO	20 ANOS	302.781.000,00	
	TOTAL TODOS OS PROJETOS DE GRANDES EVENTOS							1.128.900.000,00
	SUBTOTAL DA FONTE BB							472.781.000,00
	SUBTOTAL TESOURO ESTADUAL							218.500.000,00
	SUBTOTAL OUTRAS FONTES							437.619.000,00

ANEXO IV




Continuação do CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE REPASSE DE RECURSOS EXTERNOS N.º 20/0001-4, QUE ENTRE SI FAZEM O BANCO DO BRASIL S.A. E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

ANEXO III



AVISO DE LANÇAMENTO

1- TITULAR – GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AGÊNCIA – 2234 – AGÊNCIA SETOR PÚBLICO RIO DE JANEIRO
CONTA CORRENTE NºXXXXXXX

2- Levamos a (...) débito () crédito da conta corrente acima referenciada, o valor de R\$
.....(correspondente a US\$.....(.....))

3- Discriminação:

O Valor acima indicado corresponde a:

1. Desembolso de parcela contratual (...);
2. Juros semestrais durante período de carência contratual (...);
3. Parcela do principal, acrescidos de juros contratuais, após o período de carência (...);
4. Comissão de Compromisso (...);
5. Tarifa de vistorias (...).



4- Fórmula de Cálculo do valor indicado no campo 2:

VALOR DE REFERÊNCIA US\$ (*)	TAXA CONTRATUAL (%)	PERÍODO		DIAS	VALOR EM US\$	TAXA DE CONVERSÃO CÂMBIO	VALOR - R\$
		DE	ATÉ				

(*) O valor de referência representa o montante sobre o qual se calcula o valor à ser cobrado

Periodicidade de apuração do dado:

(...) Mensal

{ } Trimestral

{ } Semestral

Rio de Janeiro, .../.../.....

ASSINATURAS AUTORIZADAS

ANEXO II

PEDIDO DE DESEMBOLSO		
CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO Nº XXXXX		
<p>O Estado do Rio de Janeiro solicita ao Banco do Brasil S.A., com fulcro no contrato acima identificado, que promova o desembolso em dia ___/___mês/___ano [mínimo 30 dias a partir da entrega deste pedido de desembolso] de R\$.....(por extenso), por meio de crédito na conta corrente identificada no contrato. Para tanto, declara que o Estado cumpriu todas as condicionantes prévias à liberação a que se refere o presente pedido. Os valores de que trata este serão internalizados no Brasil em dólares norte-americanos (US\$) e o crédito será efetuado em moeda nacional (R\$), após o Banco efetuar a transação de câmbio legalmente devida. Ainda de acordo com o contrato, o valor creditado em reais (R\$) e convertidos em dólares norte-americanos (US\$) será computado, para todos os efeitos, na apuração do saldo devedor da operação.</p>		
Quadro Demonstrativo em R\$		
A	VALOR TOTAL DO CONTRATO	R\$ 3.645.563.000,00
B	VALOR DESEMBOLSADO
A - B	SALDO A DESEMBOLSAR
C	VALOR SOLICITADO
<p>Obs: O valor de B está limitado ao valor de A e o valor de C só poderá ser menor que o valor de A e o valor de A - B (conjuntamente).</p>		
ESTADO DO RIO DE JANEIRO		
<hr/>		
Governador do Estado		